

Cabral é criticado por ausência na Comissão de Sistematização

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização decidiu ontem que o seu Relator, Deputado Bernardo Cabral, terá de comparecer às sessões para assistir às defesas de emendas apresentadas por seus colegas. A reunião foi dominada pelas reclamações contra a ausência sistemática de Cabral e a existência de um grupo paralelo de "sistematores", que se reúne reservadamente, fora do Congresso Nacional.

No momento em que se realizava a sessão, Bernardo Cabral discutia modificações no seu substitutivo com o Deputado Ulysses Guimarães, líderes partidários e relatores adjuntos, no Instituto Israel Pinheiro, a 25 quilômetros da Assembléia. Desde que começou seu trabalho, ele tem preferido fazer reuniões fora do prédio do Congresso, utilizando também dependências da sede do Banco do Brasil e a residência oficial do Presidente da Câmara.

As queixas à atuação do Relator, tida como uma desconsideração à Constituinte, especificamente à Comissão de Sistematização, partiram de todas as agremiações. O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), comparou as sessões da Comissão a "uma tertúlia num cenário vazio" e reclamou que vem sabendo através dos jornais de fatos ocorridos fora da Constituinte. José Tavares (PMDB-PR) propôs que Bernardo Cabral pelo menos compareça às sessões de defesa de emendas, já que não há sentido em realizá-las sem a presença do Relator. José Genoíno (PT-SP) disse que o debate devia ser realizado publicamente, no plenário da Comissão, e não em conchavos

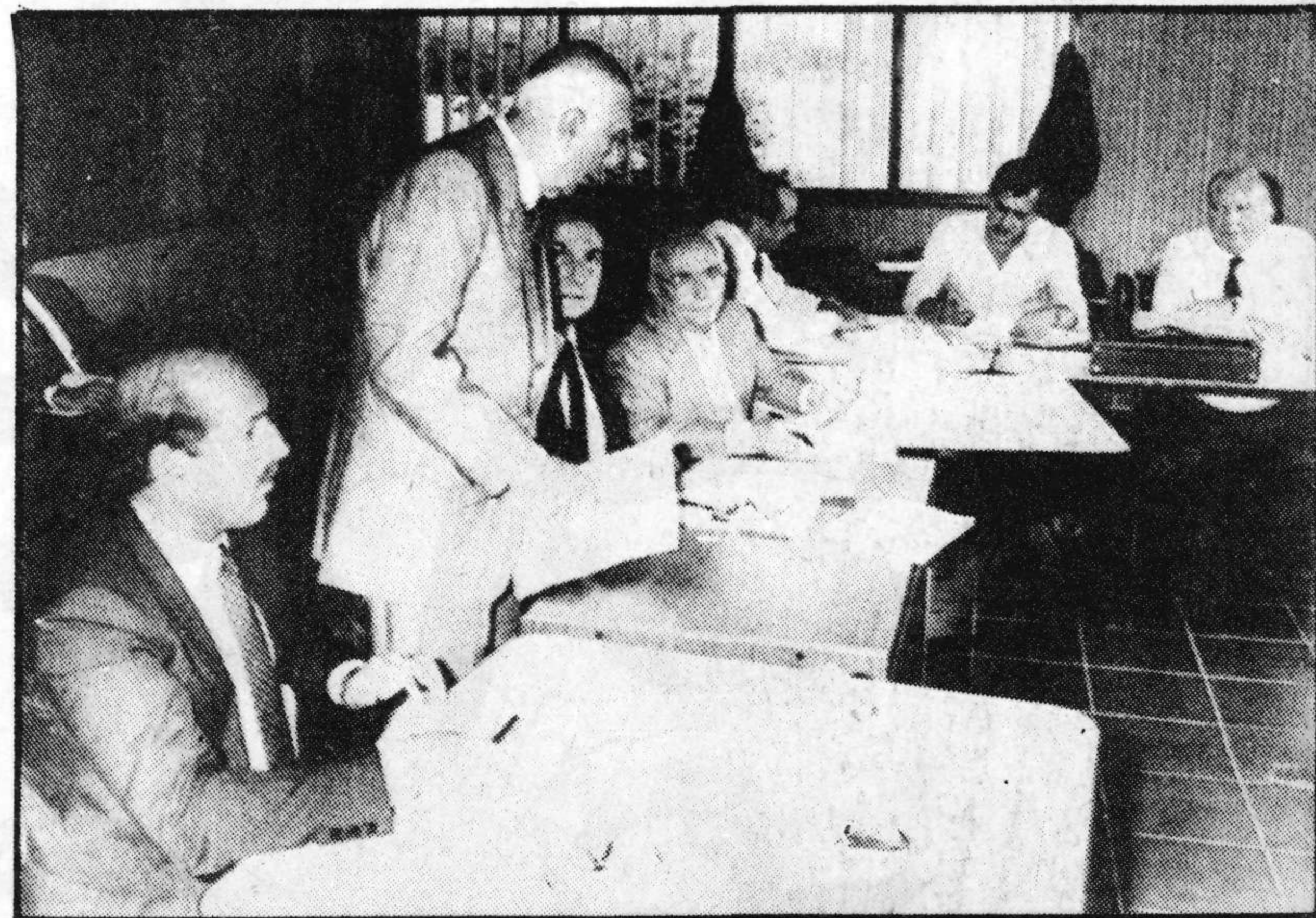


Foto de Gilberto Alves
Fora do Congresso, Ulysses, ao lado de Cabral e de pé, discute o projeto

restritos. Gérson Peres (PDS-PA) afirmou que Cabral está infringindo o Regimento, que indica a Sistematização como responsável pelo trabalho desta fase, e previu que o plenário não aceitará "um substitutivo feito por meia dúzia de pessoas". Nilson Gibson (PMDB-PE) disse que seria melhor a Comissão entrar em recesso até que os "sistematores paralelos" concluíssem seu trabalho. Gastone Righi (PTB-SP) informou que há dias procurava, sem sucesso, encontrar o Relator e advertiu que ele "não pode passar por cima da Comissão".

Em defesa de Bernardo Cabral acorreram Chagas Rodrigues

(PMDB-PI), Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e o Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ). Arinos fez um apelo aos críticos do Relator para que tivessem "maior compreensão e não passionalizassem o tema". Argumentou que há escassez de tempo para o exame de milhares de emendas e, também, necessidade de Cabral participar de discussões com lideranças partidárias e com o Presidente da Constituinte para tentar chegar ao consenso no maior número possível de questões.

Mais tarde, Ulysses Guimarães declarou que o Relator poderia fazer seu novo substitutivo sozinho e onde

desejasse, rebatendo as críticas a ele dirigidas por estar fazendo o trabalho fora do Congresso e com a ajuda de pouco mais de dez parlamentares. Segundo Ulysses, o anteprojeto é de inteira responsabilidade de Cabral. Ele negou, de resto, que o trabalho represente uma Constituinte paralela.

— O Relator está querendo ouvir representantes de outros partidos — disse, procurando justificar a presença de parlamentares de várias agremiações nas reuniões. — O substitutivo será do Relator. Somente depois de votada, a matéria passará a ser da Comissão de Sistematização.

Afirmou, por sua vez, Bernardo Cabral, no Instituto Israel Pinheiro: — Se paro no Banco do Brasil, sou criticado; se na Câmara, também sou criticado.

O trabalho só foi deslocado para o Instituto, de acordo com o Relator, porque se encontra na fase final.

— Por aqui só chegam parlamentares e jornalistas. Você não fica tão vulnerável à presença do público como em outro lugar — justificou.

Cabral disse que nenhum parlamentar está sendo impedido de participar dos trabalhos do novo substitutivo. "Os que aqui chegam vêm sem convite", afirmou.

O Deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) foi até o Instituto Israel Pinheiro e discutiu com os demais parlamentares pontos referentes à educação, lembrou Bernardo Cabral. E completou:

— Não há prioridade para ninguém.

Novo substitutivo do Relator reduz os cargos de confiança

BRASÍLIA — A contratação para cargos de confiança — são dez mil, atualmente, na administração direta — será exclusividade do Presidente da República, do Primeiro-Ministro (no caso do parlamentarismo) e dos Ministros de Estado, caso a Assembléia Nacional Constituinte aprove o novo substitutivo que está sendo elaborado pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

A redução drástica dos cargos de confiança e o ingresso no serviço público apenas através de concurso são duas novidades anunciadas ontem pelo próprio Relator.

— Buscamos um denominador comum no chamado empreguismo — afirmou Bernardo Cabral, no Instituto Israel Pinheiro, onde prepara o novo relatório com os Relatores-Adjuntos. Ele informou também que foi incluído nas disposições transitórias um artigo que extingue a remuneração em cascata. "Será um ponto final nos "marajás", disse.

O Relator estabeleceu um método de trabalho para apreciar as quase 15 mil emendas apresentadas à Comissão de Sistematização. Ele deu parecer sobre algumas delas, apresentadas aos vários artigos e capítulos do atual anteprojeto de Constituição, e estipulou um parâmetro para as demais: as que estiverem em consonância com as que receberam parecer serão acolhidas; as demais, rejeitadas. Cerca de 100 assessores da Câmara e do Senado fazem o tra-

balho comparativo.

Cabral manteve o Supremo Tribunal Federal com incumbências de Corte Constitucional. No capítulo referente às Forças Armadas, disse que manterá o texto do atual substitutivo, caso não receba nenhuma emenda inscrita por pelo menos 47 membros da Sistematização.

O problema da aposentadoria da mulher, segundo ele, será negociado pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, com as demais lideranças. Cabral disse ser favorável à aposentadoria da mulher aos 25 anos, mas que há muitas resistências a essa proposta.

Quanto ao sistema de Governo, disse que vai esperar, até o dia 12, o resultado das negociações que estão sendo feitas pelos Senadores José Richa (PMDB-PR), Afonso Arinos (PFL-RJ) e o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) com o Palácio do Planalto. A fórmula em negociação é a emenda do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), somada à proposta de implantação gradual do parlamentarismo, do Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). O Relator defendeu a votação do sistema de governo antes dos demais temas da Constituinte.

O Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) criticou, ontem, a proposta de implantação gradual do parlamentarismo. "Já estamos numa transição muito longa", afirmou.

O pêndulo

OS RESULTADOS eleitorais na República Argentina indicam que o "intermezzo" ou o entreato democrático já estará contaminado pela ascensão do populismo peronista. O tradicional pêndulo latino-americano movimentou-se de novo. Deslocou-se do extremo militar, passa pelo meio democrático, e já aponta para o extremo populista e depois iniciará, possivelmente, o caminho de volta e inverso.

EM RECENTE entrevista ao GLOBO, o professor Wanderley Guilherme dos Santos observou que a raiz da instabilidade pendular está no fato de as forças conservadoras do centro democrático, em nosso Hemisfério, não conquistarem adesões eleitorais firmes e constantes. Essas adesões tornariam dispensável o chamamento aos quartéis em face da possível desordem populista.

VALE relacionar a observação ao resultado eleitoral argentino e ao quadro partidário brasileiro, estilizado em blocos. Há nesse estilização a possibilidade de criação partidária no centro democrático. Mas existe também risco de desorganização final e não criativa, a persistir a divisão do centro democrático na questão do

sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo.

NÃO será no simples entendimento sobre o sistema de governo que se encontrará o fulcro partidário de resistência nos riscos do movimento pendular. Pois continuará faltando, ao presidencialismo mitigado ou ao parlamentarismo híbrido, a estabilidade que advém de uma base de resistência eleitoral majoritária ao populismo, que tomou a bandeira presidencialista de "eleições já".

A CONSTITUINTE deve virar-se para a realidade. A fusão provável, já visível, das bandeiras do populismo e do presidencialismo apresenta-se suficientemente explosiva para dar prioridade imediata à estruturação de um centro democrático comprometido com a manutenção do presidencialismo, que seja forte para escapar ao movimento pendular para o populismo.

A ASCENSÃO eleitoral do peronismo na Argentina mostra que os "intermezzos" democráticos na América Latina jamais deixam de incluir possível evolução pendular perigosa, porque no centro falta o elemento partidário moderador e democrático.

Ulysses vai a Sarney falar de futuro sistema

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que vai conversar com o Presidente José Sarney a respeito do sistema de Governo, mas só depois de obter mais dados sobre o assunto, como o levantamento que vem sendo feito junto às bancadas do PMDB para saber se a maioria do partido é parlamentarista ou presidencialista. Ele espera ter essas informações até hoje ou amanhã.

— Não tenho data para conversar com o Presidente — disse Ulysses, ao deixar o Instituto Israel Pinheiro, onde acompanhou o trabalho de redação do novo substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

O sistema de Governo não foi assunto da reunião de ontem, segundo Ulysses. Ele evitou comentar a aceitação da ideia do Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), de adoção gradual do parlamentarismo. Também evitou falar sobre a preferência do Palácio do Planalto pela emenda presidencialista do Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP).

Ulysses voltou a manifestar preferência pela votação do sistema de Governo antes dos outros temas. A execução da proposta, no entanto, dependerá — segundo ele — de entendimento entre os líderes.

Ulysses disse que, até o fim da tarde de ontem, mais da metade do texto de Cabral já havia sido "pormenorizadamente discutido" no Instituto Israel Pinheiro.

Emenda sobre presidencialismo pode ficar fora

BRASÍLIA — A emenda presidencialista apresentada pelo Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) e endossada pelo Presidente José Sarney poderá não ser sequer apreciada pelo plenário, conforme a forma de votação a ser adotada pelas lideranças partidárias, após negociação com o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Com a Emenda Theodoro, seria modificado todo o título V, sobre a Organização dos Poderes e Sistema de Governo, mas a emenda ficará inviabilizada se a Comissão de Sistematização adotar o critério de votação capítulo por capítulo.

Esta constatação era feita ontem pelos técnicos e consultores legislativos da Câmara e Senado que auxiliam nos trabalhos da Comissão de Sistematização. Uma das maiores já apresentadas, a emenda de Theodoro Mendes, segundo eles, não só poderá ser inviabilizada, como terá dificuldades de ser aprovada, mesmo que o sistema seja votação por título.

Os assessores técnicos explicam que a emenda tem dois capítulos, 54 artigos e outros tantos parágrafos e incisos. Um constituinte que não concordar com uma das suas disposições terá que rejeitá-la por inteiro, já que ela não poderá ser desmembrada. Enquanto o substitutivo do Relator poderá ser destacado em quantas partes for necessário — as emendas devem ser votadas integralmente.

Marcílio acha desolador o trabalho da Constituinte

FORTALEZA — O Presidente Regional do PDS, Flávio Marcílio, três vezes Presidente da Câmara, disse ontem que é "desolador" o trabalho da Constituinte, por causa das divergências sobre temas como sistema de governo e reforma agrária. Por isso, Marcílio considerou um erro a eleição dos constituintes junto com os Governadores.

— Vejo equilíbrio entre o parlamentarismo e o presidencialismo, mas com um agravante: o sistema

está sendo escolhido levando-se em consideração não o futuro, mas a vida política do Presidente da República — disse Marcílio, sobre o sistema de governo.

Marcílio não vê motivos para desespero quanto ao resultado final da Constituinte:

— Mesmo com o quadro desolador, espero uma Carta à altura das necessidades do País, porque os constituintes desejam isso.